

## AS LISTAS E O EFEITO DE APAGAMENTO ENUNCIATIVO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE FILOSOFIA

### LISTS AND THE ENUNCIATIVE WITHDRAWAL EFFECT IN PHILOSOPHY TEXTBOOKS

Daniela Nienkötter Sardá<sup>1</sup>

**Resumo:** *O presente artigo discute a questão das listas – fenômeno ainda pouco estudado no campo das Ciências da Linguagem –, destacando sua utilidade como ferramenta de análise de discursos. Já na introdução, apresentamos o quadro teórico da análise comparativa de discursos, domínio que norteou nossa pesquisa de doutorado, da qual as análises aqui expostas são oriundas. Em seguida, na seção 2, apresentamos o estágio atual do estudo das listas, partindo dos estudos de Paveau e Rosier (2009) e Rabatel (2013). A seção 3, por sua vez, é dedicada à apresentação de algumas noções mobilizadas na análise das listas, a saber as noções de ponto de vista (PDV) (RABATEL, 2016 [2008], 2011a), posturas enunciativas (RABATEL, 2016 [2007], 2015, 2006), responsabilidade enunciativa (RABATEL, 2016 [2008]; VION, 2011) e apagamento enunciativo (PHILIPPE, 2002; VION, 2001). Na seção 4, apresentamos as análises propriamente ditas. Mostramos, com base num corpus de livros didáticos de filosofia publicados recentemente no Brasil, como seus autores se servem das listas para, de certa forma, apagarem-se de seus discursos, criando uma distância entre eles mesmos e suas afirmações. Ao final do artigo, na seção 5, discutimos como essa “estratégia” de apagamento enunciativo – entre aspas, pois nem sempre se trata de uma atitude consciente – está ligada à cultura pedagógica do enciclopedismo, ainda bastante recorrente nos livros didáticos de filosofia no Brasil.*

**Palavras-chave:** *Listas; Livros didáticos de filosofia; Posturas enunciativas; Responsabilidade enunciativa; Apagamento enunciativo.*

**Abstract:** *This paper discusses the issue of lists – a little studied phenomenon in the Linguistics field –, highlighting its utility as a tool for analysis of discourses. In the introduction, we draw a theoretical framework of comparative analysis of discourses, a domain that has guided our doctorate dissertation, from which our analysis stems. Afterwards, in section 2, we present the current state of list studies, from researches by Paveau and Rosier (2009) and Rabatel (2013). The section 3, in its turn, is dedicated to the presentation of some notions mobilized in the analysis of lists, namely the notions of point of view (RABATEL, 2016 [2008], 2011a), enunciative positions (RABATEL, 2016 [2007], 2015, 2006), enunciative undertaking (RABATEL, 2016 [2008]; VION, 2011) and enunciative withdrawal (PHILIPPE, 2002; VION, 2001). In section 4, we present the analysis strictly speaking. We show, based on a corpus of philosophy textbooks recently published in Brazil, how its authors use lists to withdraw, in a certain way, from their discourses, creating a distance between themselves and their assertions. At the end of this paper, in section 5, we discuss how that “strategy” of enunciative withdrawal – quote unquote, since it is not always a matter of conscious attitude – is linked to the pedagogical culture of encyclopedism, still recurrent in philosophy textbooks in Brazil.*

**Keywords:** *Lists; Philosophy textbooks; Enunciative postures; Enunciative undertaking; Enunciative withdrawal.*

## 1 Introdução

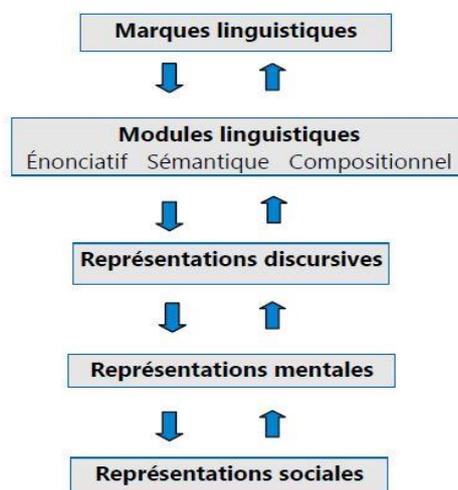
Uma lista é uma sequência de palavras ou de enunciados, frequentemente apresentada na forma de coluna. Trata-se, no entanto, de um fenômeno mais complexo do que pode

---

<sup>1</sup> Pesquisadora de pós-doutorado na Universidade de São Paulo, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2017/12306-8. Doutora em Ciências da Linguagem pela Université Sorbonne Paris Cité/Université Paris Descartes (USPC – França). Florianópolis, Brasil. E-mail: [danielasarda@gmail.com](mailto:danielasarda@gmail.com)

parecer à primeira vista. Segundo Paveau e Rosier (2009), a lista permanece, enquanto fenômeno linguageiro, marginalizada no campo das Ciências da Linguagem; todavia, seu estudo pode revelar aspectos que, de outro modo, passariam despercebidos numa análise de discurso. No caso da análise de um *corpus* de livros didáticos de filosofia – trabalho que realizamos em nossa tese de doutorado (SARDÁ, 2015) e do qual o presente artigo é oriundo –, o estudo das listas se mostrou profícuo na demonstração de como seus autores se serviam desse recurso para, de certa forma, apagarem-se de seus discursos, responsabilizando-se minimamente pelos seus dizeres. Tal “estratégia” (entre aspas, pois nem sempre se trata de uma atitude consciente) está ligada, conforme mostraremos neste artigo, à cultura pedagógica do enciclopedismo, ainda bastante recorrente nos livros didáticos de filosofia no Brasil.

No estudo maior do qual este artigo se origina – uma análise comparativa de discursos –, comparamos os livros didáticos de filosofia recentemente publicados no Brasil com aqueles editados na França nos últimos anos. Numa análise comparativa de discursos, procede-se a uma “descrição da materialidade linguística dos discursos – sem descrição, não nos situaríamos numa perspectiva linguística – e a uma interpretação dos dados coletados – sem interpretação, o procedimento não seria do domínio da AD [análise do discurso]”<sup>2,3</sup> (CLAUDEL *et al.*, 2013, p. 22). Von Münchow (2004) criou um modelo para dar conta da comparação de discursos:



**Figura 1:** O modelo de descrição e interpretação  
**Fonte:** Von Münchow (2011, p. 14)

<sup>2</sup> Original em francês: “description de la matérialité linguistique des discours – sans description, on ne se situerait pas dans une perspective linguistique – et à une interprétation des données rassemblées – sans interprétation, la démarche ne relèverait pas de l’AD” (CLAUDEL *et al.*, 2013, p. 22).

<sup>3</sup> Todas as traduções, neste artigo, são de nossa autoria, exceto nos casos em que o texto já havia sido traduzido para o português, como em Rabatel (2016 [2008]; 2016 [2007]).

Num primeiro momento, o modelo mobiliza somente a linguística: trata-se do estudo das marcas linguísticas. Em seguida, essas marcas são religadas aos módulos languageiros, para que se possa efetuar a comparação. O posicionamento da pessoa, a modalidade autonímica, o discurso reportado são marcas pertencentes ao módulo enunciativo, por exemplo. Ainda segundo esse modelo, uma vez terminada as análises linguísticas, parte-se em busca de representações discursivas, mentais e sociais.

A especificidade do modelo apresentado é, evidentemente, a comparação. Desde o início dos anos 2000, na França, um grupo de estudos se formou com o intuito de trabalhar a análise comparativa de discursos. Mais precisamente, foi no seio do CEDISCOR (*Centro de pesquisa sobre discursos cotidianos e especializados*), da Universidade de Paris 3, que se deu início ao grupo de pesquisa “Comparação, língua e cultura em perspectivas discursivas” (GRILLO; GLUSHKOVA, 2016, p. 74). Atualmente, essa linha de pesquisa está se desenvolvendo também no Brasil, sobretudo na Universidade de São Paulo.

Três livros brasileiros compuseram o *corpus* da nossa pesquisa de doutorado:

- ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009. [doravante *Aranha & Martins*]
- CHAUI, M. **Iniciação à filosofia**. São Paulo: Ática, 2011. [doravante *Chauí*]
- COTRIM, G.; FERNANDES, M. **Fundamentos de filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2010. [doravante *Cotrim & Fernandes*]

No que tange ao *corpus* francês, seis livros foram analisados. Neste artigo, abordaremos, todavia, somente as análises dos livros didáticos brasileiros, pois foram neles que as listas se apresentaram de maneira bastante reveladora. Dito isso, importa esclarecer que analisaremos o funcionamento *enunciativo* das listas. Para tanto, recorreremos à abordagem enunciativa do ponto de vista, tal como ela é desenvolvida por Rabatel (2016 [2008], 2011a), assim como às noções de postura enunciativa (RABATEL, 2016 [2007], 2015, 2006), responsabilidade enunciativa (RABATEL, 2016 [2008]; VION, 2011) e apagamento enunciativo (PHILIPPE, 2002; VION, 2001). Essas teorias nos pareceram adequadas para a análise do funcionamento das listas, pois nos permitiram explorar o módulo enunciativo do modelo de comparação que foi adotado em nossas análises de discurso.

Como objetivo específico deste artigo, temos o exame das posturas enunciativas identificáveis no discurso do L1/E1 [locutor/enunciador primeiro]. A atenção a essas posturas nos permite circunscrever a responsabilidade enunciativa nas listas e, por conseguinte, o efeito de apagamento enunciativo nos livros didáticos de filosofia.

Acreditamos que este trabalho é relevante por mais de uma razão. Primeiramente, porque se origina de uma análise comparativa de discursos, domínio que vem ganhando força no Brasil atualmente. Além disso, ele dirige um olhar para as listas, fenômeno ainda pouco estudado nas Ciências da Linguagem. Enfim, este artigo pode contribuir para o campo dos estudos sobre o ponto de vista (doravante PDV), trabalhando uma série de noções conexas, como as de responsabilidade enunciativa, posturas enunciativas e apagamento enunciativo.

## 2 A lista: um fenômeno linguístico marginalizado

Conforme já anunciamos na introdução deste artigo, as listas são um fenômeno marginalizado nas Ciências da Linguagem, já que pouco se estuda o que caracteriza uma lista, quais são suas aplicações etc. Algumas razões justificam essa marginalidade, de acordo com Paveau e Rosier (2009). Citaremos as principais.

Primeiramente, os linguistas em geral ignoram o fenômeno da lista por “[e]la corresponde[r] a modelos primitivos de escrita e de saber”<sup>4</sup> (PAVEAU; ROSIER, 2009, p. 114). Além disso, a lista “se situa às margens da sintaxe e mesmo fora dela, já que é considerada como ‘assintática’ (Goody 1979; retomado por Borzeix et Fraenkel 1993, Fraenkel 2001) e ‘descontextualizada’ (Goody 1996)”<sup>5</sup> (PAVEAU; ROSIER, 2009, p. 114), e também “às margens da produção textual, já que ela não corresponde à representação canônica do texto, em particular porque ela é desprovida de encadeamentos e não possui, de perto ou de longe, nenhum traço estilístico”<sup>6</sup> (PAVEAU; ROSIER, 2009, p. 114). Por fim, as autoras afirmam que a lista

levanta a questão de seu inacabamento. A lista é sistemática, mas jamais exaustiva. Mas ela é também finalizada de maneira arbitrária: uma lista de mortos num monumento parece finalizada, exatamente como a lista de vítimas de um acidente aéreo ou de um atentado; mas uma lista de compras, é finalizada? [...] Existem marcadores codificados do inacabamento (as reticências, a marca *etc.*), mas eles só são utilizados nas listas integradas a unidades textuais maiores.<sup>7</sup> (PAVEAU; ROSIER, 2009, p. 114-115)

---

<sup>4</sup> Original em francês: “Elle correspond à des modèles primitifs d’écriture et de savoir” (PAVEAU; ROSIER, 2009, p. 114).

<sup>5</sup> Original em francês: “[...] se situe en marge de la syntaxe et même en dehors d’elle, puisque considérée comme ‘asyntaxique’ (Goody 1979 ; repris par Borzeix et Fraenkel 1993, Fraenkel 2001) et ‘décontextualisée’ (Goody 1996)” (PAVEAU; ROSIER, 2009, p. 114).

<sup>6</sup> Original em francês: “dans les marges de la production textuelle puisqu’elle ne correspond pas à la représentation canonique du texte, en particulier parce qu’elle est dépourvue d’enchaînements et ne possède, de près ou de loin, aucun trait stylistique” (PAVEAU; ROSIER, 2009, p. 114).

<sup>7</sup> Original em francês: “pose la question de son inachèvement. La liste est systématique, mais jamais exhaustive. Mais elle est aussi clôturée de façon arbitraire: une liste de morts sur un monument semble achevée, tout comme

Em nossa tese de doutorado, o interesse pelas listas foi duplo. Por um lado, as listas foram uma maneira de explorar os conteúdos históricos nos livros didáticos brasileiros; tais conteúdos são prezados pela comunidade de autores do país, que parece valorizar um ensino da filosofia baseado na *história da filosofia*. Por outro lado, as listas revelaram-se como “estratégia” de *superenunciação* adotada pelos autores nos livros didáticos brasileiros: por meio das listas, eles pareciam não se responsabilizar por seus discursos, expondo os fatos (notadamente históricos) de maneira neutra e objetiva. Rabatel (2013) desenvolve longamente os aspectos que caracterizam a superenunciação numa lista:

Lembro que a superenunciação corresponde à expressão de um ponto de vista sobreparente, quando das retomadas (logo, das citações) ou reformulações de um ponto de vista. Essa postura é indicada por marcas em feixe, umas ao nível do enunciado, outras ao nível do texto, que a lista e o seu cotexto formam:

- os dizeres reportados estão sob a regência do dizer citante, com o *que* (1)<sup>[8]</sup> ou o *de* (2) [...];
- mas, sobretudo, os dizeres são reformulados, a exemplo do discurso narrativizado de (2), com as negações que salientam o que não é dito;
- os dizeres são às vezes interrompidos por reticências, por *etc.* pelo L1/E1 [...];
- se eles não o são, produzem um efeito de fluxo verbal com um efeito de abundância pobre: como se todas as falas, numa espécie de verborragia, fossem cada qual, apesar de tudo, inaptas a apreender os sentidos do acontecimento (3), (4);
- daí a necessidade de uma intervenção a montante/a jusante da lista, pela qual o listador dá o sentido das coisas ou o deixa inferir dos agenciamentos das falas;
- as falas não mais são endereçadas, mas valem como signo/índice de; isso se combina com o fato de que as falas podem se ver privadas de seu valor “singulativo”, no contexto do endereçamento, para se tornarem o signo iterativo de uma certa forma de pensamento, de comportamento [...];
- o listador não se priva de comentários distanciados [...] notadamente reduzindo os dizeres a falas estereotipadas; resumidamente, há superenunciação menos em razão do mecanismo geral de hierarquização próprio ao discurso citante, do que em virtude do fato de que o discurso citante, no discurso que cerca o verbo do discurso atributivo, dá o sentido dos enunciados citados e, sobretudo, representa seus pontos de vista de maneira a fazer ouvir sua incompletude, seu limite, suas deficiências hiposemânticas e hipo-pragmáticas, e portanto sua falta de significância para pensar os acontecimentos.<sup>9</sup> (p. 388-389)

---

la liste des victimes d'un crash aérien ou d'un attentat; mais une liste de course est-elle fermée ? [...] Il existe des marqueurs codifiés de l'inachèvement (les points de suspension, la marque *etc.*), mais ils ne sont utilisés que dans des listes intégrées dans des unités textuelles plus larges” (PAVEAU; ROSIER, 2009, p. 114-115).

<sup>8</sup> (1), (2), (3) e (4) são os exemplos que foram apresentados nas páginas anteriores do artigo em questão. Não os transcreveremos aqui, pois pensamos que eles não são essenciais para a compreensão dos critérios expostos. Apresentaremos nossos próprios exemplos ao longo das análises linguísticas (seção 4).

<sup>9</sup> Original em francês: “Je rappelle que la sur-énonciation correspond à l'expression d'un point de vue surplombant lors des reprises (donc des citations) ou des reformulations d'un point de vue. Cette posture est

Veremos mais adiante, na análise dos exemplos, que as listas, nos livros brasileiros, integram-se a “unidades textuais mais extensas”<sup>10</sup> (PAVEAU; ROSIER, 2009, p. 115), como no excerto abaixo:

Vejamos esse processo.

Para explicar o devir, Hegel parte não da natureza, da matéria, mas da ideia pura:

- a ideia, para se desenvolver, cria um objeto oposto a si, a natureza;
- a natureza é a ideia alienada, o mundo privado de consciência; da luta desses dois princípios opostos surge o espírito;
- o espírito é ao mesmo tempo pensamento e matéria, isto é, a ideia que toma consciência de si por meio da natureza. (Aranha & Martins, p. 185).

Observa-se, no excerto em questão, que o enunciado “vejamos esse processo” marca a continuidade em relação ao texto no qual se insere a lista. Em seguida, o L1/E1 enumera alguns pontos em relação à maneira pela qual Hegel explica o conceito de “devir”. Tem-se aí uma superenunciação, pois temos a “expressão de um ponto de vista sobrepairante, quando [da] [...] [reformulação] de um ponto de vista”<sup>11</sup> (RABATEL, 2013, p. 388). Tal aspecto verifica-se pelas marcas seguintes, citadas pelo autor (2013) acima:

- “os dizeres são reformulados, a exemplo do discurso narrativizado de (2), com negações que salientam o que não é dito”<sup>12</sup>. A negação pode ser observada quando o L1/E1 diz que “Hegel parte **não** da natureza, da matéria, **mas da ideia** pura”.

---

indiquée par des marques en faisceau, les unes au niveau des énoncés, les autres au niveau du texte que forment la liste et son co-texte :

- les direns rapportés sont sous la rection du dire citant, avec le *que* (1) ou le *de* (2) [...] ;
- mais surtout, les direns sont reformulés, à l’instar du discours narrativisé de (2), avec des négations qui mettent en relief ce qui n’est pas dit ;
- les direns sont parfois interrompus par des points de suspension, des *etc.* par L1/E1 [...] ;
- s’ils ne le sont pas, ils produisent un effet de flot verbal avec un effet d’abondance pauvre : comme si toutes les paroles, en une sorte de logorrhée, étaient malgré tout inaptés à dégager chacune le sens de l’événement (3), (4) ;
- d’où la nécessité d’une intervention en amont et/ou en aval de la liste par laquelle le listeur donne le sens des choses ou le laisse inférer des agencements des paroles ;
- les paroles ne sont plus adressées, mais valent comme signe/indice de ; cela se combine avec le fait que les paroles peuvent se voir privées de leur valeur singulative, dans le contexte de l’adresse, pour devenir le signe itératif d’une certaine forme de pensée, de comportement [...] ;
- le listeur ne se prive pas de commentaires distanciés [...] notamment en réduisant les direns à des paroles stéréotypées ; bref, il y a sur-énonciation moins en raison du mécanisme général de hiérarchisation propre au discours citant qu’en vertu du fait que le discours citant, dans le discours qui entoure le verbe du discours attributif, donne le sens des énoncés cités et surtout représente leurs points de vue de façon à faire entendre leur incomplétude, leur limite, leurs déficits hypo-sémantique et hypo-pragmatique, et donc leur défaut de signifiante pour penser les événements” (RABATEL, 2013, p. 388-389).

<sup>10</sup> Original em francês: “des unités textuelles plus larges” (PAVEAU; ROSIER, 2009, p. 115).

<sup>11</sup> Original em francês: “l’expression d’un point de vue surplombant lors [de] [...] [la reformulation] d’un point de vue” (RABATEL, 2013, p. 388).

<sup>12</sup> Original em francês: “les direns sont reformulés, à l’instar du discours narrativisé de (2), avec des négations qui mettent en relief ce qui n’est pas dit” (RABATEL, 2013, p. 388-389).

- “as falas não mais são endereçadas, mas valem como signo/índice de”<sup>13</sup>. Não constatamos marcas de endereçamento aos leitores, por exemplo, com o emprego do “nós” inclusivo. O discurso é escrito da maneira mais neutra e objetiva possível.

São essas características, e a relação das listas com uma superenunicação, que nos interessarão durante as análises linguísticas (seção 4).

### **3 A relação entre PDV, responsabilidade, posturas e apagamento enunciativo**

Antes de prosseguirmos no estudo das listas, é importante esclarecer um pouco mais as noções de responsabilidade, posturas e apagamento enunciativo. Todas elas estão vinculadas à noção de ponto de vista (PDV). Para Rabatel (2016 [2008], p. 30), “[e]m sua forma mais geral, o PDV define-se pelos meios linguísticos pelos quais um sujeito considera um objeto, [...] quer o sujeito seja singular ou coletivo”. Dessa forma, o PDV é identificável pelas marcas linguísticas presentes no discurso: “O sujeito, responsável pela referenciação do objeto, exprime seu PDV, tanto diretamente, por comentários explícitos, como indiretamente, pela referenciação, isto é, pelas escolhas de seleção, de combinação, de atualização do material linguístico” (RABATEL, 2016 [2008], p. 30).

Analisando as escolhas linguísticas de um locutor, pode-se verificar qual o grau de responsabilidade enunciativa presente num dado enunciado. Neste trabalho, a responsabilidade enunciativa será observada pela “distância que o locutor constrói, em seu discurso, entre ele mesmo e sua produção linguageira”<sup>14</sup> (VION, 2011, p. 75). Vion (2011, p. 75) mostra que “uma distanciação mínima [leva a] uma responsabilidade enunciativa máxima, enquanto que uma forte distanciação [exprime] uma não-responsabilização pelo enunciado ou, pelo menos, uma responsabilidade nitidamente mais comedida”<sup>15</sup>. Tendo em vista que o quadro teórico adotado em nossa pesquisa é o da análise do discurso, a questão que um analista se coloca é a de saber quais são as marcas linguísticas que permitem reconhecer essa distanciação mínima ou máxima. Para a distanciação máxima, a noção de apagamento enunciativo se impõe. Vion (2011, p. 77) afirma que o “distanciamento se realiza frequentemente por uma estratégia de apagamento enunciativo, permitindo ao locutor apagar

---

<sup>13</sup> Original em francês: “les paroles ne sont plus adressées, mais valent comme signe/indice de” (RABATEL, 2013, p. 388-389).

<sup>14</sup> Original em francês: “la distance que le locuteur construit, dans son discours, entre lui et sa production langagière” (VION, 2011, p. 75).

<sup>15</sup> Original em francês: “[u]ne distanciation minimale [amène à] une prise en charge maximale, alors qu’une forte distanciation [exprime] une non-prise en charge de l’énoncé ou, tout au moins, une prise en charge nettement plus mesurée” (VION, 2011, p. 75).

as marcas dêíticas de sua pessoa, a ponto que essa estratégia de objetivação do enunciado pode passar por objetividade”<sup>16</sup>. Segundo Philippe (2002, p. 18), os linguistas, por muito tempo, interessaram-se pela análise de um aparelho formal da enunciação; agora, seria o momento de observar o aparelho formal do apagamento enunciativo, tendo em vista “todas as possibilidades que a língua oferece ‘paralelamente’ ao locutor para apagar de seu enunciado todo traço de subjetividade”<sup>17</sup>. Vion (2001, p. 334) esclarece que, pela estratégia do apagamento enunciativo, o locutor pode apagar, além dos dêíticos, “a marcação de toda fonte enunciativa identificável [em seu discurso]”<sup>18</sup>.

O apagamento enunciativo será tratado neste trabalho como um “efeito”. Em nossa visão, mesmo quando o locutor tenta mascarar sua subjetividade, nós a entendemos, de acordo com as teorias de Authier-Revuz (2001), como constitutiva do discurso – daí a ocorrência de um simples efeito de apagamento enunciativo.

No que tange ao estudo das posturas enunciativas, a superenunciação, de que falamos acima, é um de seus tipos, segundo as teorizações de Rabatel (2011a, por exemplo). A análise das posturas implica uma reformulação da teoria da coenunciação de Culioli (cf. RABATEL, 2007, p. 89). Rabatel propõe duas novas posturas: a superenunciação (*sur-énonciation*) e a subenunciação (*sous-énonciation*). Segundo o linguista (2009, p. 72), “a instância que se responsabiliza por um enunciado monológico é a que está na fonte do processo de produção do enunciado”<sup>19</sup>. Mas se um locutor/enunciador é a fonte de PDV, “esses PDV podem corresponder ou não, total ou parcialmente, ao que pensa o locutor”<sup>20</sup> (RABATEL, 2007, p. 76). Ora, “se o locutor é sempre enunciador de seu dizer, salvo em casos patológicos, ele raramente se responsabiliza por todos os PDV que profere”<sup>21</sup> (RABATEL, 2006, p. 223). Em nossas análises, responsabilizar-se<sup>22</sup> por um enunciado (*prendre en charge*) é o equivalente a responsabilizar-se pelo PDV imanente a esse enunciado.

---

<sup>16</sup> Original em francês: “mise à distance se réalise fréquemment par une stratégie d’effacement énonciatif permettant au locuteur de gommer les marques dêitiques de sa personne, au point que cette stratégie d’objectivation de l’énoncé a pu passer pour de l’objectivité” (VION, 2011, p. 77).

<sup>17</sup> Original em francês: “toutes les possibilités que la langue offre ‘parallèlement’ au locuteur pour effacer de son énoncé toute trace de la subjectivité” (PHILIPPE, 2002, p. 18).

<sup>18</sup> Original em francês: “le marquage de toute source énonciative identifiable” (VION, 2001, p. 334).

<sup>19</sup> Original em francês: “l’instance qui prend en charge un énoncé monologique est celle qui est à la source du processus de production de l’énoncé” (RABATEL, 2009, p. 72).

<sup>20</sup> Original em francês: “[c]es PDV peuvent correspondre ou non, en tout ou partie, à ce que pense le locuteur” (RABATEL, 2007, p. 76).

<sup>21</sup> Original em francês: “si le locuteur est toujours énonciateur de son dire, sauf cas pathologiques, il prend rarement en charge tous les PDV qu’il profère” (RABATEL, 2006, p. 223).

<sup>22</sup> Adotamos, neste artigo, a tradução proposta por Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi e João Gomes da Silva Neto da obra *Homo Narrans* (cf. RABATEL, 2016 [2008]), na qual o termo *prise en charge énonciative* foi traduzido por “responsabilidade enunciativa”.

Para dar conta da questão do PDV, é preciso considerar as posturas enunciativas (de co-, super- e subenunciação). Antes disso, no entanto, é importante compreender como as instâncias locutor/enunciador primeiro (L1/E1), locutor/enunciador segundo (l2/e2) e enunciador segundo (e2) são definidas por Rabatel (2009) em referência ao estudo de Ducrot:

A distinção locutor/enunciador é tomada de empréstimo de Ducrot 1984: o locutor é o produtor físico do enunciado; o enunciador, instância que está na origem de um PDV, que não se exprime necessariamente por falas. L1/E1 corresponde ao sincretismo do locutor e do enunciador primeiro; l2/e2 corresponde ao sincretismo de locutores/enunciadores segundos. Quando o PDV é exprimido por um ato de fala identificável, utilizar-se-á l2/e2; em contrapartida, utilizar-se-á e2 sozinho na ausência de atos de fala: “a enunciação é vista como exprimindo seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas falas” (*ibid.* : 204).<sup>23</sup> (RABATEL, 2009, p. 71)

No caso dos livros didáticos de filosofia, analisaremos as posturas enunciativas dos locutores/enunciadores primeiros (L1/E1), os quais correspondem aos autores dos livros em questão. Para Rabatel (2016 [2007]), “as posturas se definem pela posição que adota um enunciador na expressão de um ponto de vista” (p. 192-193). Assim, “o locutor, instância de produção física do enunciado, é dissociado da instância modal – ou enunciador – que toma o PDV considerando-o como verdadeiro, ou, ao menos, como correspondente à sua maneira de ver” (RABATEL, 2016 [2007], p. 193).

Na coenunciação, há “um acordo dos dois locutores com o que eles enunciam” (RABATEL, 2016 [2007], p. 193), pois o enunciado é coconstruído por eles. Mais precisamente, “define-se a coenunciação como a coprodução por dois locutores de um ponto de vista comum, compartilhado, em relação ao qual os coenunciadores exprimem o seu acordo”<sup>24</sup> (RABATEL, 2014, p. 184). Trata-se de uma “coenunciação verdadeira, coconstrução pelos locutores de um PDV comum e compartilhado, que os compromete enquanto enunciadores”<sup>25</sup> (RABATEL, 2011a, p. 173). Essa postura enunciativa corresponde à “concordância concordante”, ou seja, ao *consenso* na figura apresentada abaixo (figura 2). A

---

<sup>23</sup> Original em francês: “La distinction locuteur/énonciateur est empruntée à Ducrot 1984 : le locuteur est le producteur physique de l'énoncé ; l'énonciateur, l'instance à l'origine d'un PDV, qui ne s'exprime pas nécessairement par des paroles. L1/E1 correspond au syncrétisme du locuteur et de l'énonciateur premier ; l2/e2 correspond au syncrétisme de locuteurs/énonciateurs seconds. Lorsque le PDV est exprimé par un acte de parole identifiable, on utilisera l2/e2 ; en revanche on utilisera e2 seul, en l'absence d'acte de parole : l'énonciation est vue comme exprimant leur point de vue, leur position, leur attitude, mais non pas, au sens matériel du terme, leurs paroles’ (*ibid.* : 204)” (RABATEL, 2009, p. 71).

<sup>24</sup> Original em francês: “[o]n définit la co-énonciation comme la coproduction par deux locuteurs d'un point de vue commun, partagé, envers lequel les co-énonciateurs marquent leur accord” (RABATEL, 2014, p. 184).

<sup>25</sup> Original em francês: “co-énonciation véritable, co-construction par les locuteurs d'un PDV commun et partagé, qui les engage en tant qu'énonciateurs” (RABATEL, 2011a, p. 173).



distância ou precaução um PDV que vem de uma fonte à qual o L1/E1 confere um estatuto preeminente”<sup>28</sup> (RABATEL, 2015, p. 127).

Nas análises que apresentaremos a seguir, a observação das posturas enunciativas é útil na medida em que ela nos permite tratar do apagamento enunciativo nos livros didáticos. Esses apagamentos são sobretudo observados pela presença de uma postura de superenunciação.

Há ainda uma outra relação entre as posturas e a responsabilidade enunciativa. Na superenunciação, o L1/E1 “sobrepara” o discurso, como se ele não fosse responsável pelos PDV que enuncia. Na subenunciação, como já dissemos, o L1/E1 retoma com um certo distanciamento “um PDV que vem de uma fonte à qual o L1/E1 confere um estatuto preeminente”<sup>29</sup> (RABATEL, 2015, p. 127). Assim, religamos as posturas de super e de subenunciação a uma *responsabilidade enunciativa mínima*, mesmo se sabemos que só se trata de um efeito de apagamento enunciativo.

#### **4 Análise das listas nos livros didáticos de filosofia**

Embora este artigo tenha se originado de um estudo comparativo entre os livros didáticos da França e do Brasil, o fenômeno das listas é praticamente exclusivo do *corpus* brasileiro (o que se explica por uma cultura educativa brasileira). Prevalece, em longas passagens dos livros analisados, as enumerações em forma de lista, que visam a criar um efeito de apagamento enunciativo; trata-se de uma “estratégia” de superenunciação, conforme veremos a seguir.

Os autores dos livros didáticos brasileiros recorrem a enumerações ao longo de suas obras, enumerações que são linguística e tipograficamente marcadas. Em geral, estas compreendem itens (marcadores ou listas numeradas) e são organizadas em colunas. Ora, o que nos interessa nessas listas é o seu funcionamento enunciativo. Segundo Rabatel (2011b), é possível observar o papel da superenunciação nas listas; o “listador” comportar-se-ia como um “enunciador sobreparante” (*énonciateur surplombant*) (p. 260), donde o efeito de superenunciação. Vejamos esse exemplo de *Cotrim & Fernandes*:

---

<sup>28</sup> Original em francês: “coproduction d’un PDV “dominé”, L1/E1, le sous-énonciateur, reprenant avec réserve, distance ou précaution un PDV qui vient d’une source à laquelle L1/E1 confère un statut prééminent” (RABATEL, 2015, p. 127).

<sup>29</sup> Original em francês: “un PDV qui vient d’une source à laquelle L1/E1 confère un statut prééminent” (RABATEL, 2015, p. 127).

(1) [...] a escolástica **pode ser dividida** em três fases:

- *primeira fase* (do século IX ao fim do século XII) – confiança na perfeita harmonia entre fé e razão;
- *segunda fase* (do século XIII ao princípio do século XIV) – elaboração de grandes sistemas filosóficos, merecendo destaque as obras de *Tomás de Aquino*. Nessa fase, **considera-se** que a harmonização entre fé e razão pode ser parcialmente obtida;
- *terceira fase* (do século XIV até o século XVI) – decadência da escolástica marcada por disputas que realçam as diferenças entre fé e razão. (Cotrim & Fernandes, p. 211)

Temos a impressão de ler um livro de história que trata da descrição de um período da história da filosofia. Pode-se notar, em seguida, que o enunciado começa por uma forma passiva: “a escolástica pode ser dividida”, e observamos a presença de um “-se” indefinido (em “considera-se”). Um dos aspectos que caracterizam uma lista, segundo Rabatel (2011b, p. 266), é a repetição: “a *repetição no mesmo lugar* dos mesmos sons, palavras, estruturas sintáticas ou estruturas rítmicas, na lista de itens ou na lista de orações ou de frases”<sup>30</sup>. Em nosso exemplo, pode-se notar a repetição do “período histórico”, seguido da referência temporal entre parênteses e de uma descrição do período em forma de texto. Ao enumerar esses períodos da escolástica, o enunciador (aqui, os autores do livro didático) sobrepassa os discursos, o que caracteriza o efeito de apagamento enunciativo e uma responsabilidade enunciativa mínima.

Nesses trechos de história da filosofia, quando se trata de descrever os períodos históricos, as fontes (referências bibliográficas utilizadas) não são indicadas: é como se se tratasse de um saber conhecido e que não é sujeito a contestações<sup>31</sup>. Vejamos um outro exemplo do mesmo livro:

(2) Entre os filósofos significativos desse período [escolástica pós-tomista] destacam-se:

- *São Boaventura* (1240-1284) [...]
- *Roberto Grosseteste* (1168-1243) e *Roger Bacon* (1214-1292) [...]
- *Guilherme de Ockham* (1280-1349) [...] (Cotrim & Fernandes, p. 215)

Além do fato de ser escrito num tom impessoal (uso do “-se”), esse excerto é disposto como uma lista dos filósofos mais importantes do período pós-tomista; os autores dos livros sobrepassam os discursos, o que atesta um efeito de apagamento enunciativo. Em *Chauí*, as

---

<sup>30</sup> Original em francês: “la répétition à la même place des mêmes sons, mots, structures syntaxiques ou structures rythmiques dans la liste d’items ou dans la liste des propositions ou des phrases” (RABATEL, 2011b, p. 266).

<sup>31</sup> Com exceção do quadro da página 219, no qual os autores (COTRIM; FERNANDES) fazem uma observação: “*Observação*: Para fins de estudo, temos adotado nesta obra a periodização histórica tradicional, que tem a história europeia como principal referência. Reconhecemos, no entanto, que essa divisão cronológica apresenta problemas [...]”.

enumerações são recorrentes, sob a forma de listas com marcadores, assim como de listas numeradas. Vejamos um exemplo de lista numerada:

- (3) *Os períodos da filosofia grega* [título]. Os quatro grandes períodos da filosofia grega, nos quais seu conteúdo muda e se enriquece, são:
1. *Período pré-socrático* ou *cosmológico*, do fim do século VII a.C. ao fim do século V a.C., quando a filosofia se ocupa fundamentalmente com a origem do mundo e as causas das transformações na natureza.
  2. *Período socrático* ou *antropológico*, do fim do século V a.C. a todo o século IV a.C., quando a filosofia investiga as questões humanas, isto é, a ética, a política e as técnicas, e busca compreender qual é o lugar do homem no mundo.
  3. *Período sistemático*, do fim do século IV a.C. ao fim do século III a.C., quando a filosofia [...]
  4. *Período helenístico* ou *greco-romano* [...] (Chauí, p. 40)

Certas estruturas são repetidas (a palavra “período” no início de cada item, os séculos correspondentes mencionados da mesma maneira: “do fim de X a Y”), o que caracteriza uma enumeração em forma de lista. A frase que descreve cada período histórico é a mesma (“quando a filosofia...”). Segundo Rabatel (2013, p. 385), “quanto mais as formas fônicas, lexicais, as estruturas prosódicas, rítmicas ou sintáticas se repetem *e estão no mesmo lugar*, mais a enumeração é ordenada”<sup>32</sup>. É o caso de (3) acima, uma enumeração ordenada na qual a autora permanece na posição de uma superenunciadora, apagando-se de seu discurso.

Em todos os exemplos históricos, encontramos a indicação dos séculos concernidos. O livro de *Aranha & Martins*, numa passagem cuja responsabilidade enunciativa é máxima – pois, como se observa, a distância entre o locutor e sua produção linguageira é mínima, o que pode ser notado sobretudo pelo emprego do dêitico “você” –, endereça-se aos leitores para lhes perguntar se eles sabem identificar as datas:

- (4) Você sabe como identificar datas tão remotas? Vamos dar um exemplo: o ano de 3500 a.C. pertence a que milênio? Para saber, dividimos 3.500 por 1.000. O resultado é 3 (despreza-se a fração). Acrescentamos 1 e temos 4, ou seja, o ano de 3500 pertence ao 4º milênio. Para saber a que século corresponde este ano, dividimos 3.500 por 100 e acrescentamos 1. Temos 36, portanto, século XXXVI a.C. (*Aranha & Martins*, p. 30)

Os livros didáticos brasileiros endereçam-se a um público de faixa etária mais ampla do que os livros didáticos franceses, pois trata-se de “volumes únicos” para os três anos do Ensino Médio. Daí a presença de conselhos desse tipo – do exemplo (4) – que recapitulam conhecimentos normalmente adquiridos no Ensino Fundamental. O exemplo em questão não

---

<sup>32</sup> Original em francês: “p]lus les formes phoniques, lexicales, les structures prosodiques, rythmiques ou syntaxiques se répètent *et sont à la même place*, plus l’enumération est ordonnée” (RABATEL, 2013, p. 385).

é uma lista, e foi selecionado para mostrar como se dá a responsabilidade enunciativa máxima e, também, como é forte a importância das datas nos livros didáticos brasileiros. As passagens históricas podem ser bastante exaustivas nesses livros, como no exemplo seguinte:

(5) *Periodização da história da Grécia Antiga* [título].

**Civilização micênica** (sécs. XX a XII a.C.). Desenvolveu-se desde o início do segundo milênio a.C. Tem esse nome pela importância da cidade de Micenas, de onde, por volta de 1250 a.C., partiram Agamêmnon, Aquiles e Ulisses para sitiar e conquistar Troia.

**Tempos homéricos** (sécs. XII a VIII a.C.). Na transição de um mundo essencialmente rural [...] Nesse período teria vivido Homero (séc. IX ou VIII a.C.).

**Período arcaico** (sécs. VIII a VI a.C.). [...] No final do século VII e durante o século VI a.C. surgiram os primeiros filósofos.

**Período clássico** (sécs. V e IV a.C.). [...]

**Período helenístico** (sécs. III e II a.C.). [...] (Aranha & Martins, p. 37)

O exemplo (5) mostra novamente a necessidade do historicismo nos livros didáticos de filosofia brasileiros. Vimos que, nos três livros que compõem o nosso *corpus*, essas historizações permitiam aos autores sobrepair os discursos, enquanto superenunciadores, o que marca uma responsabilidade enunciativa mínima. O exemplo a seguir, por sua vez, nos faz refletir sobre a questão da subjetividade do L1/E1, assim como sobre a responsabilidade enunciativa:

(6) Os sábios que viveram no Oriente no século VI a.C., a mesma época em que a filosofia surgiu na Grécia, foram: Confúcio e Lao Tsé na China; Gautama Buda na Índia; Zaratustra na Pérsia. (Aranha & Martins, p. 37)

Podemos falar, aqui, de lista, pois verificamos a presença de uma enumeração. Esse exemplo é interessante, corroborando dois dos argumentos apresentados por Rabatel (2011b) a propósito das listas. Primeiramente, não é a organização em colunas que caracteriza uma lista: pode-se encontrar listas sem coluna, como é o caso de (6) acima. Além disso, toda lista tem um enunciador. A ideia tradicional que temos das listas é a da “ausência de enunciador, como se a centralização das listas sobre os objetos listados pudesse se fazer independentemente do enunciador que está na origem da listagem e de sua intenção”<sup>33</sup> (RABATEL, 2011b, p. 259). Ora, a lista em (6) não somente tem um enunciador, como também nos faz refletir sobre aquilo que está implícito nela. Esse enunciado não contém nenhuma marca dêitica e é aparentemente neutro, mas o simples fato de enunciar que outros “sábios” viveram no mundo oriental, “a mesma época” dos filósofos gregos, “traí” uma

---

<sup>33</sup> Original em francês: “l’absence d’énonciateur, comme si la centration des listes sur les objets listés pouvait se faire indépendamment de l’énonciateur à l’origine du listage et de son intention” (RABATEL, 2011b, p. 259).

opinião das autoras, a saber, a de que existem outras filosofias além da ocidental. Além disso, o próprio fato de designar os pensadores como “sábios” marca a subjetividade das locutoras, já que notamos, nessa designação, “dois tipos de informação, aliás indissociáveis: [1] uma descrição do denotado; [e 2] um julgamento avaliativo, de apreciação ou de depreciação<sup>34</sup>, recaído sobre o denotado pelo sujeito da enunciação”<sup>35</sup> (KERBRAT-ORECCHIONI, 1997, p. 73). Vemos, nesse exemplo, que a subjetividade das autoras é manifesta; por isso, falamos em “efeito” de apagamento enunciativo.

Uma outra série de enumerações presentes nos livros brasileiros, mais complexas, são aquelas que compreendem as *reformulações* do dizer de um autor (ou filósofo). Vejamos alguns exemplos:

(7) O filósofo britânico *John L. Austin* (1911-1960) também criticou a concepção predominante de que o principal papel – para não dizer o dever – da linguagem é descrever os fatos, a realidade [...] [§] Austin formulou a *teoria dos atos de fala*. De acordo com essa teoria, há três tipos básicos de atos de fala:

- *ato locucionário* [...]
- *ato ilocucionário* – ação que se quer alcançar quando se diz o que se diz, a qual pode não aparecer de forma explícita na frase. [...]
- *ato perlocucionário* [...] (Cotrim & Fernandes, p. 137)

Em (7), os autores reformulam a teoria de Austin sobre os atos de fala. Ao fazê-lo, eles listam os três tipos principais de atos de fala segundo esse filósofo, seguidos de uma explicação. O próximo exemplo é uma reformulação, por Cotrim e Fernandes, do discurso de Marilena Chaui:

(8) Para a filósofa brasileira Marilena Chaui<sup>[36]</sup> (1941-), a noção de ideologia apresenta os seguintes traços:

- *anterioridade* – a ideologia funciona como um conjunto de ideias, normas e valores destinados a fixar e prescrever, de antemão, os modos de pensar, sentir e agir das pessoas. [...]
  - *generalização* – a ideologia tem como finalidade produzir um consenso, um senso comum ou aceitação geral em torno de certas teses e valores. [...]
  - *lacuna* – a ideologia desenvolve-se sobre uma lógica construída na base de lacunas, de omissões, de silêncios e de saltos. [...]
- “A lógica ideológica só pode manter-se pela ocultação de sua gênese, isto é, a divisão social das classes, pois sendo missão das ideologias dissimular a existência dessa divisão, uma

---

<sup>34</sup> No caso da palavra “sábio”, o julgamento é de apreciação se o associamos à ideia de virtude, ou de depreciação, se o associamos à ideia de alguém que ainda não é, ou não é exatamente, um filósofo.

<sup>35</sup> Original em francês: “deux types d’information d’ailleurs indissociables : [1] une description du dénoté ; [et 2] un jugement évaluatif, d’appréciation ou de dépréciation, porté sur ce dénoté par le sujet de l’énonciation” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1997, p. 73).

<sup>36</sup> O autor, aqui, optou por acentuar o sobrenome Chaui. Em nosso artigo, não o acentuamos, pois nos livros analisados, assim como no currículo Lattes da autora, esse sobrenome não é acentuado.

ideologia que revelasse sua própria origem se autodestruiria” (CHAUÍ, Ideologia e educação, em *Revista Educação e Sociedade*, p. 25) [...] (Cotrim & Fernandes, p. 121)

Em ambos os exemplos, (7) e (8), a responsabilidade enunciativa é mínima, pois o L1/E1 faz o possível para se apagar do discurso, privilegiando os fatos objetivos. No exemplo (7), no interior dessa reformulação, há o emprego de uma forma dêitica em primeira pessoa – “(eu) digo” –, mas trata-se aí de sua forma genérica. A enumeração, em (8), é sucedida de um discurso direto (DD), que fornece informações além daquelas que estão presentes na lista. A fonte do DD é indicada ao final da citação, mas não fica claro se se trata da mesma bibliografia empregada na redação das enumerações. A própria Marilena Chaui, em seu livro didático, serve-se de enumerações para reformular os conteúdos filosóficos.

O exemplo de *Chaui* abaixo é um pouco diferente dos outros que exploramos até o momento. Em (9), ela faz uma síntese, sob a forma de lista, das observações sobre os “discursos reportados fictícios” que ela apresentava algumas linhas acima:

- (9) “Pedro é muito culto, conhece várias línguas, entende de arte e de literatura.”  
“Imagine! É claro que o Antônio não pode ocupar o cargo que pleiteia. Não tem cultura nenhuma. É semianalfabeto!”  
“Não creio que a cultura francesa ou alemã sejam superiores à brasileira. Você acha que há alguma coisa superior à nossa música popular?” [...]  
Essas frases e muitas outras [...] indicam que empregamos a palavra *cultura* (e seus derivados, como *culto* e *inculto*) em sentidos muito diferentes e, por vezes, contraditórios. [...] [N]essa terceira frase, cultura aparece representada por uma atividade artística, a música popular. Isso permite estabelecer duas relações diferentes da terceira frase com as duas primeiras:  
– de fato, a terceira frase, como a primeira, identifica cultura e artes (entender de arte e literatura, na primeira frase; a música popular brasileira, na terceira);  
– no entanto, algo curioso acontece quando passamos das duas primeiras frases à terceira, pois nas duas primeiras, “culto” e “inculto” surgiam como *diferenças sociais*. (*Chaui*, p. 225)

Se, para Rabatel (2011b), nem toda enumeração em forma de lista deve estar disposta em colunas, aqui – exemplo (9) –, a disposição em colunas não garante que estejamos perante uma lista. Os travessões que abrem cada enunciado após os dois pontos, nas linhas finais do exemplo, poderiam até mesmo ser suprimidos. Portanto, ainda que esse exemplo aparente ser uma lista, ele não é de fato uma.

As enumerações em forma de lista, no *corpus* brasileiro, são sobretudo uma marca da ausência de responsabilidade enunciativa. Essa ausência denota a importância da história da filosofia no ensino dessa disciplina no Brasil. Nos próprios livros didáticos de filosofia, assinala-se a importância de estudar a história da filosofia, como nessa passagem de *Cotrim & Fernandes*, na qual eles afirmam que “Conhecer o que pensaram filósofos de outras épocas e

pensar com eles pode ser interessante e fecundo – e facilita nossa vida, pois podemos aproveitar o caminho aberto e depois tomar nosso próprio rumo, sem perder tempo ‘reinventando a roda’” (p. 17).

Entretanto, as listas analisadas neste artigo encontram-se frequentemente misturadas com um outro tipo de abordagem nos livros didáticos brasileiros: uma abordagem focada no diálogo com os alunos, que parece favorecer as competências de leitura e de escrita ao valorizar a argumentação.

### **5 As listas e a cultura pedagógica do enciclopedismo nos livros didáticos de filosofia**

Graças à análise a que submetemos nosso *corpus*, pudemos constatar que duas concepções opostas subsistem no ensino da filosofia no Brasil: uma – a que foi exposta neste artigo –, de um ensino enciclopédico e centrado na história da filosofia, e outra, mais livre, de uma nova pedagogia (cf. SARDÁ, 2015). Barbosa (2008, p. 137), especialista em educação, mostra como um ensino baseado na história da filosofia está ligado a uma pedagogia tradicional: “a postura docente que toma a história da filosofia como centro acaba identificando-se com o conjunto de características pedagógicas que dominaram o cenário educacional brasileiro iniciado pelos jesuítas, ao qual normalmente denominamos pedagogia tradicional”.

Rodrigues (2012, p. 70) insiste também sobre esse aspecto do ensino da filosofia, que teria raízes históricas:

A concepção de Filosofia difundida na educação escolar brasileira historicamente esteve ligada a saberes abstratos e racionalistas, ligados à formação das elites. Suas bases escolásticas desde o Brasil Colônia a desvincularam de características contextualizadas de um ensino voltado à realidade vivencial, afastando-a de possibilidades de reflexão e problematização. (RODRIGUES, 2012, p. 70)

Contudo, essa pedagogia mais enciclopedista está sendo “substituída” por uma nova pedagogia, mais aberta aos saberes dos alunos, como pudemos mostrar em nossa tese de doutorado, mediante análises da responsabilidade enunciativa máxima. Em suma, verificamos, após a análise completa do *corpus* que compôs a nossa tese, como, nas passagens em que a responsabilidade enunciativa é máxima, um diálogo é estabelecido com os leitores (por meio de dêiticos etc.); o L1/E1 procurando partir de conhecimentos prévios desses leitores para, então, chegar a novos conhecimentos.

A abordagem histórica, por sua vez, embora ainda bastante presente nos livros didáticos brasileiros, é criticada pelos especialistas em educação. Para Barbosa (2008, p. 137), “[n]essa abordagem, considera-se o aluno um receptáculo vazio que deve ser preenchido com os conhecimentos da história da filosofia acumulados pelas gerações adultas e repassados ao aluno como verdades inquestionáveis”. No entanto, autores como Chauí defendem que o ensino da história da filosofia deva estar presente no secundário<sup>37</sup>. Isso se deve, talvez, ao fato de que, após uma fase histórica e enciclopédica no ensino da filosofia no Brasil, passou-se a um procedimento oposto. Por exemplo: alguns professores, para contornarem “essa abordagem eminentemente histórica [...] acaba[ra]m adotando uma ‘abordagem temática’ para seu curso de filosofia no ensino médio. Contudo, [...] prende[ra]m-se a questões filosóficas muito específicas [...] inviabilizando ao aluno o acompanhamento das aulas” (BARBOSA, 2008, p. 135). A análise linguística que fizemos dos livros de filosofia revelou justamente o quanto ainda se busca, no Brasil, um maior equilíbrio entre essas duas abordagens.

## 6 Considerações finais

Para concluir, podemos dizer, primeiramente, que as listas são um instrumento importante para a análise de discursos, quer se trate ou não de uma análise comparativa. No caso da análise exposta, um olhar para esse fenômeno nos permitiu mostrar como os autores dos livros didáticos de filosofia serviram-se de listas para mascarar seus discursos.

Nossa análise também permitiu a articulação das noções de responsabilidade, posturas e apagamento enunciativo. Mais precisamente, o exame das posturas enunciativas do discurso dos locutores/enunciadores primeiros (a saber, os autores dos livros didáticos que compuseram nosso *corpus*) nos levou ao exame da responsabilidade enunciativa nesses discursos. Vimos, assim, que a postura de superrenúnciação permitiu aos autores de sobrepassar os discursos, o que acarretou numa responsabilidade enunciativa mínima, criando o que chamamos de um efeito de apagamento enunciativo.

Por fim, tendo em vista que um dos objetivos da análise comparativa de discursos é buscar as causas que explicam os fenômenos linguísticos observados, vimos que essas listas facilitavam a exposição, por parte dos autores dos livros didáticos, de conteúdos mais enciclopédicos. Mediante o estudo das listas, portanto, deparamo-nos com o enciclodismo ainda bastante presente no ensino da filosofia no Brasil. Nos livros analisados, o emprego das

---

<sup>37</sup> Cf. entrevista: SAVIAN FILHO, J.; SOCHA, E. Entrevista – Marilena Chauí. *Revista Cult*, nº 133, 2009.

listas foi uma maneira encontrada pelos autores para dissertar acerca de temas históricos; pois, se não o tivessem feito em forma de lista, esses autores não se teriam permitido tantas precisões de datas, de autores e de conceitos.

## **Referências**

AUTHIER-REVUZ, J. La représentation du “discours autre”. In: TOMASSONE, R. (Org.). **Une langue: le français**. Paris: Hachette Éducation, 2001, p. 192-201.

BARBOSA, C. L. de A. Didática e filosofia no ensino médio: um diálogo possível. **Educação Unisinos**, v. 12, n. 2, p. 133-142, 2008.

CLAUDEL, C. et al. (Org.). **Cultures, discours, langues**. Nouveaux abordages. Limoges: Lambert-Lucas, 2013.

GRILLO, S. V. de C.; GLUSHKOVA, M. A divulgação científica no Brasil e na Rússia: um ensaio de análise comparativa de discursos. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 69-92, 2016.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'énonciation**. De la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 1997.

MÜNCHOW, P. von. **Lorsque l'enfant paraît...** Le discours des guides parentaux en France et en Allemagne. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2011.

\_\_\_\_\_. **Les journaux télévisés en France et en Allemagne**. Plaisir de voir ou devoir de s'informer. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004.

PAVEAU, M.-A.; ROSIER, L. Grammaire de la liste. In: EVRARD, I.; PIERRARD, M.; ROSIER, L.; VAN RAEMDONCK, D. (Orgs.). **Le sens en marge**. Représentations linguistiques et observables discursifs. Paris: L'Harmattan, 2009, p. 113-133.

PHILIPPE, G. L'appareil formel de l'effacement énonciatif et la pragmatique des textes sans locuteur. In: AMOSSY, R. (Orgs.). **Pragmatique et analyse des textes**. Tel-Aviv: Presses Universitaires de Tel-Aviv, 2002, p. 17-34.

RABATEL, A. **Homo narrans**. Por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Vol. 1. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi e João Gomes da Silva Neto. Revisão técnica João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016 [2008].

\_\_\_\_\_. Os desafios das posturas enunciativas e de sua utilização em didática. Tradução Weslin de Jesus Santos Castro. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 12, p. 191-233, jul./dez. 2016 [2007].

\_\_\_\_\_. Postures énonciatives, variable générique et stratégies de positionnement. In: ANGERMÜLLER, J.; PHILIPPE, G. (Orgs.). **Analyse du discours et dispositifs d'énonciation**. Autour des travaux de Dominique Maingueneau. Limoges: Lambert-Lucas, 2015, p. 19-29.

\_\_\_\_\_. Des formules aphoristiques (dans le *Dictionnaire philosophique* de Comte-Sponville) au service du sujet philosophant. Co-énonciation, sur-énonciation, sous-énonciation. In: COSSUTTA, F.; CICUREL, F. (Orgs.). **Les formules philosophiques**. Limoges: Lambert-Lucas, 2014, p. 163-198.

\_\_\_\_\_. Le listeur/sur-énonciateur dans les listes de discours représentés des romans historiques. In: MILCENT-LAWSON, S.; LECOLLE, M.; MICHEL, R. (Orgs.). **Liste et effet liste en littérature**. Paris: Classique Garnier, 2013, p. 381-394.

\_\_\_\_\_. Co-construction interactionnelle des points de vue et variabilité des postures énonciatives au fil du discours. Être sous-énonciateur par rapport à X et sur-énonciateur par rapport à Y. In: VERINE, B.; DÉTRIE, C. (Orgs.). **L'actualisation de l'intersubjectivité: de la langue au discours**. Limoges: Lambert-Lucas, 2011a, p. 157-176.

\_\_\_\_\_. Listes et effets-listes. Énumération, répétition, accumulation. **Poétique**, Paris, n. 167, p. 259-272, 2011b.

\_\_\_\_\_. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limité... **Langue française**, Paris, n. 162, p. 71-87, 2009.

\_\_\_\_\_. Répétitions et reformulations dans *L'exode*: coénonciation entre Dieu, ses représentants et le narrateur. **Recherches linguistiques**, n. 29, p. 75-96, 2007.

\_\_\_\_\_. Du rôle des postures énonciatives de surénonciation et de sousénonciation dans les analyses de corpus. L'exemple des reformulations, des connecteurs et particules discursives. In: GUERNIER, M.-C.; DURAND-GUERRIER, V.; SAUTOT, J.-P. (Orgs.). **Interactions verbales, didactiques et apprentissages**. Recueil, traitement et interprétation didactiques des données langagières en contextes scolaires. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2006, p. 221-248.

RODRIGUES, Z. A. L. O ensino da Filosofia no Brasil no contexto das políticas educacionais contemporâneas em suas determinações legais e paradigmáticas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 46, p. 69-82, 2012.

SARDÁ, D. N. **Les manuels de philosophie en France et au Brésil**. Une analyse du discours contrastive de la prise en charge énonciative. 2015. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem). Université Sorbonne Paris Cité (USPC), Paris, 2015.

VION, R. La modalisation. Un mode paradoxal de prise en charge. In: DENDALE, P.; COLTIER, D. (Org.). **La prise en charge énonciative**. Études théoriques et empiriques. Bruxelles: De Boeck, 2011, p. 75-91.

VION, R. "Effacement énonciatif" et stratégies discursives. In: JOLY, A.; DE MATTIA, M. (Org.). **De la syntaxe à la narratologie énonciative**. Paris: Ophrys, 2001, p. 331-354.

Data de recebimento: 5 de julho de 2017.

Data de aceite: 10 de dezembro de 2017.